

ATUALIDADE ECONÔMICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 22

Nº 57

Janeiro/Julho/2011

CONTEÚDO

FINANÇAS POPULARES, TERRITÓRIO E RECIPROCIDADE

Armando de Melo Lisboa

1

FUSÕES E AQUISIÇÕES NA CADEIA AGROINDUSTRIAL DA CARNE

Francisco Gelinski Neto e Ricardo Martins Gonzaga

7

A NOVA LEI DA REVOLUÇÃO PRODUTIVA, COMUNITÁRIA E AGROPECUÁRIA NA BOLÍVIA: TECNOLOGIA OU OBSCURANTISMO?

Francisco Gelinski Neto e Carmen Rosario Ortiz G. Gelinski

12

FINANÇAS POPULARES, TERRITÓRIO E RECIPROCIDADE

Armando de Melo Lisboa¹

1. As lições dos sistemas financeiros populares

Até a pouco o mundo das finanças populares e sua influência no “desenvolvimento a partir do local” não era objeto de discussão. É muito recentemente que estamos considerando a variável financeiro-monetária no exame da questão regional e nas políticas de combate à pobreza. Porém, trata-se duma dimensão que possui um passado remoto e ancestral. Não é nenhuma novidade o advento de organizações financeiras de origem mutualista. Aliás, foi desta forma que tiveram gênese muitos bancos e seguradoras que hoje formam grandes corporações ...

Esta cegueira decorria tanto de se pensar que a variável financeira é determinada exogenamente (de caráter nacional, pois as regiões não dispõem de instrumentos de política monetária), quanto do equívoco de avaliar que entre os pobres não há vida financeira.

Pesquisas empíricas recentes descobrem que os pobres, mesmo excluídos do mundo bancário, possuem suas formas de finanças. Ou seja: não existem pessoas absolutamente despossuídas, como já sentenciou D. Hélder Câmara: *“ninguém é tão pobre que não tenha o que dar”*.

Em que pese ainda estar nos seus primórdios nossa compreensão sobre as microfinanças, finanças populares, de proximidade, sociais e solidárias, muito já se acumulou nas pouco mais de duas décadas em que este fenômeno é visto com importância.

- a) São práticas financeiras bastante diversas (“empréstimos”, “caixinhas”, “consórcios”, “bingos”, “fiado” ...), em geral de apoio mútuo, que dependem dos vínculos comunitários, ocorrendo com base em relações personalizadas e de confiança (rede de amigos, vizinhança e família);
- b) Suas “decisões financeiras” têm por princípio organizador *“a reciprocidade, muito mais do que o ganho individual”* (Magalhães & Abramovay, 2007: 110), contrariando a lógica do cálculo econômico, submetendo-se inclusive à taxas de juros negativas.
- c) Suas poupanças pessoais e de seus pequenos negócios estão misturadas;
- d) Não basta transferir renda apenas sob a forma de crédito (especialmente se exclusivamente produtivo) para estimular a economia das regiões em situação de pobreza;

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas – UFSC.

e) Suas “transações financeiras” são muito baratas: têm baixíssimo custo de transação que praticamente tornam não competitivos os serviços financeiros oferecidos pelos bancos;

f) É a força dos laços comunitários a principal responsável pelo êxito econômico das cooperativas populares de crédito. A honra à palavra dos pobres garante a devolução dos empréstimos, sendo praticamente desnecessários instrumentos de coerção para recuperá-los. Os laços de proximidade reduzem a assimetria de informações e os custos de transação.

A comprovada eficiência econômica das cooperativas populares de crédito advém, portanto, da combinação da sua racionalidade econômica com a cultura política das organizações sociais da região onde estão inseridas (Magalhães, 2007: 141; Magalhães & Abramovay, 2007: 115).

A grande lição é que **o campo das finanças populares é, por excelência, um território híbrido, ambíguo**. Nelas a racionalidade econômica *tout court* (tal como definida por Weber) se expressa mesclada com elementos duma outra lógica, emocional e afetiva, ético e política.

2. Mercados: distinção conceitual

A compreensão adequada deste fenômeno exige um esclarecimento conceitual. Mercados tanto não são um mecanismo impessoal de preços flutuantes (como um leilão), quanto apenas ambientes institucionais impregnados de racionalidade. Conceber o mercado como uma instituição é compreendê-lo duma forma mais humanizada, pois historicizada e politicizada. Porém, é fundamental perceber que instituições são configurações de segunda ordem, são formas de sociabilidade secundária. Nelas a ação humana resulta de cálculos racionais de sujeitos interessados.

Há uma modalidade de mercado vigente especialmente (mas não exclusivamente) no plano interpessoal e comunitário. Tratam-se dos “mercados de reciprocidade” (ou economia da dádiva, do processo sem fim de **dar-receber-retribuir**), não passíveis de racionalização instrumental e contratual. Porém, mesmo quem opera nos mercados financeiros reconhece haver pessoas que “*podem preferir algo diferente de maximizar seus interesses econômicos*” e agir de forma não prevista e aparentemente irracional (Taleb, 2009: 238).

Estamos no nível da sociabilidade primária, onde nos produzimos como humanos. Aqui as trocas geram vínculos e possibilitam que nos reconheçamos mutuamente, gerando, assim, os valores básicos de confiança, respeito e simpatia.

Embora se trate dum plano distinto, as relações de reciprocidade estão entranhadas com a forma mercantil-capitalista, sendo o substrato que a torna

possível. São elas que permitem tanto que se constituam as duas formas de mercado supracitadas, quanto o desenvolvimento, no limite, da afeição e amor, sentimentos sem os quais a vida perde sentido. Não se trata duma obsessiva defesa da comunidade, pois, se precisamos de relações face-a-face, elas, mesmo imprescindíveis, não são suficientes. Necessitamos de outras mediações.

Smith classicamente esclareceu como o amor de si mesmo (a autoestima, onde se funda a busca do interesse próprio – de vantagens), carece do reconhecimento alheio, pois, para que possamos nos amar, necessitamos do amor dos outros, necessitamos amar o outro. Um erro primário na racionalidade moderna é ver estes pólos de forma apartada e antagônica, como Deus e o Diabo, privilegiando-se uma destas racionalidades, o que destruirá a própria eficiência que se quer maximizar.

3. Dilemas das finanças populares

A principal questão presente nas práticas dos que atuam no setor das microfinanças decorre do marco teórico adotado para compreender o mercado e, conseqüentemente, o fenômeno das finanças de proximidade, o qual, como vou procurar demonstrar, não é um ferramental heurístico apropriado.

Recentes processos de microfinanças no Brasil ergueram instituições financeiras populares – as **cooperativas de crédito solidário** – altamente exitosas². Não foi um empreendimento fácil, vencendo vários desafios, inclusive o preconceito que os mais humildes tinham das cooperativas. Para tal, buscaram institucionalizar as relações de proximidade (Schröder, 2004: 117), priorizando seu vetor de racionalização, individualização, desencantamento.

Isto permitiu, assim, que se fizesse frente aos monopólios financeiros naturais e tradicionais que cercam e limitam os mais pobres, e que, pelo permanente endividamento, mantêm-os, subordinados por laços clientelísticos. No limite, gera-se a escravidão por dívida.

Abramovay (2004: 22) reconhece “***o amplo domínio da reciprocidade nas sociedades contemporâneas***” (grifo do original). Entretanto, ao constatar que “***a exploração toma a forma de reciprocidade***” (ibid: 43; reproduzido e grifado por Singer, 2004: 16), as políticas de microfinanças consideram a reciprocidade unicamente em sua face negativa (suas formas assimétricas). Nega-se, assim, que a reciprocidade tenha um papel constitutivo da condição humana e para o próprio funcionamento das trocas capitalistas.

Considerando que “*o crédito exprime uma forma de dominação*” (Abramovay, 2004: 45), a meta é, cautelosa e planejadamente, abolir as relações de proximidade

² Afirmando-se como um sistema diferenciado do tradicional, o cooperativismo de crédito solidário constituiu em 2008 a Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito de Economia Solidária – Confesol.

dentro das práticas financeiras através da criação de ambientes institucionais (ou mercados competitivos).

Dessa forma, constrói-se sistemas financeiros voltados aos pobres para, conf. Paul Singer (2004: 16), *“libertá-los dos custos duma reciprocidade que os mantêm manietados à miséria”*. *“A redenção financeira dos pobres”* (ibid.) adviria da racionalização das suas organizações, permitindo que os pobres, com a constituição de instituições de microfinanças (cooperativas de crédito), possam conduzir suas vidas financeiras de modo racional, e se emanciparem dos laços de exploração.

Ora, as cooperativas não estão preservadas de relações de subordinação, as quais também nelas ressurgem pois muitas *“tem dono”*. Elas não são antídoto que assegura eliminar a alienação.

Apostar na extinção da reciprocidade, como se ela fosse algo atrasado e sem lugar no mundo moderno é como jogar fora o bebe com a água suja, destruindo um elemento que pode ser nosso grande diferencial no futuro. Vejamos duas situações para compreender como uma ótica purista, que privilegie unicamente uma das suas faces, mutilará as finanças populares, colocando-as em risco.

a) A formação do mercado de microfinanças no sertão da Bahia

Uma experiência emblemática das microfinanças originárias da organização comunitária é a da região sisaleira baiana, a APAEB/Ascoob (Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Popular/Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar), *“apogeu do processo de racionalização”* (Magalhães & Abramovay, 2007: 111). Em alguns municípios da região, o desempenho econômico da cooperativa supera o dos demais bancos.

Tal organização, fruto *“de um longo processo de desencantamento”* (ibid.), foi construída passo-a-passo pelo trabalho de agentes de pastoral fundamentados da Teologia da Libertação nas comunidades eclesiais de base.

Entretanto, apesar do pouco tempo de existência destas cooperativas, nelas já se constata *“um maior distanciamento entre os cooperados e a organização”* (Magalhães, 2007: 139), com os associados considerando *“a cooperativa um simples banco, que não lhes pertence”*. Repete-se aqui, mais uma vez, a história já centenária do cooperativismo? A resultante é *“o enfraquecimento dos laços sociais e das relações de proximidade”*, levando *“à perda da principal vantagem que as cooperativas possuem”* (ibid., grifo nosso).

b) Os territórios desmonetarizados

O Brasil ainda dispõe de imensos territórios sob controle comunal, onde, em geral, circuitos de intercâmbio não monetarizados são mais expressivos. É a realidade dominante dos povos indígenas, proprietários de cerca de 11% da área nacional. Porém, este fenômeno também ocorre em outras ainda mais amplas áreas deste país.

Ilya Prigogine (2002: 64), prêmio nobel de Química, advertiu: “*enquanto se pensava que com as leis de Newton e as que lhes sucederam podíamos compreender o Universo, o diálogo com outras civilizações era um diálogo de professor e aluno, aluno primário*”. Hoje, sabemos que os povos indígenas trazem outras possibilidades civilizacionais de imensa importância para o futuro da humanidade, especialmente por sua relação com a Terra não ser norteadada por uma perspectiva utilitarista.

O animismo não é um conhecimento primitivo a ser negado pelo avanço civilizatório. Os povos indígenas, por verem o solo como algo vivo, encaram a agricultura como um ato de confiança que lhes permite agora utilizar a terra, buscando devolvê-la sem danos à geração seguinte.

César Gordon, estudando os efeitos da circulação de bens industrializados e do dinheiro entre os kayapós, nos mostra uma sociedade que funciona como um modo de produção de pessoas, e não de mercadorias. Ao mesmo tempo em que ela nos permite visualizar a diferença entre a troca capitalista – uma permuta de objetos – e a com base na reciprocidade – uma “*relação reversível entre sujeitos*” (cf. Chabal, cit. por Sabourin, 2009: 64), também nos mostra a simbiose que lá existe entre as mesmas.

No caso destes territórios, devemos construir programas de finanças que racionalizem a solidariedade através da “*superação das visões mágicas*” [das culturas tradicionais] (Magalhães, 2007: 32) por um processo de desencantamento?

REFERÊNCIAS

Abramovay, R. “A densa vida financeira das famílias pobres”. In: Abramovay (org.). *Laço financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004.

Gordon, C. *Economia Selvagem*. São Paulo: UNESP; ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

Magalhães, R. “Planejamento de serviços financeiros para famílias de baixa renda”. In: Abramovay (org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004.

_____. “Dilemas de um novo mercado financeiro”. In: Magalhães & Junqueira. *Microfinanças. Racionalidade econômica e solidariedade social*. São Paulo: Saint Paul, 2007.

Magalhães, R.; Abramovay, R. “A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 63, 2007.

Oliveira, R. C. "Etnicidade, eticidade e globalização". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, 1996.

Prigogine, I. *Nome de Deuses*. São Paulo: UNESP, 2002.

Sabourin, E. *Camponeses do Brasil. Entre a troca e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Schröder, M. "As demandas financeiras dos agricultores do sertão do Pajeú". In: Abramovay (org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004.

Singer, P. "Apresentação". In: Abramovay (org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004.

Taleb, M. *A lógica do cisne negro*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2009.

FUSÕES E AQUISIÇÕES NA CADEIA AGROINDUSTRIAL DA CARNE

Francisco Gelinski Neto³
Ricardo Martins Gonzaga⁴

INTRODUÇÃO

As fusões e aquisições permitem às empresas maiores escalas e economias propiciadoras de ganhos de mercado e lucros. As fusões, aquisições e *joint ventures* são modalidades extremamente poderosas para grupos econômicos que procuram fortalecimento à competição global, diversificação, penetração mercadológica em novos segmentos e expansão de seu portfólio de produtos entre outros.

No caso brasileiro recente, e em particular no agronegócio, tem ocorrido intensificação dessa prática, especialmente quando o BNDES declarou que em termos estratégicos o Brasil deveria contar com empresas com musculatura suficiente para enfrentar os grandes *players* internacionais. Portanto, se por um lado ocorrem aquisições de empresas brasileiras por estrangeiras no agronegócio, por outro tem se formado grupos brasileiros cada vez mais fortes que penetram em outros países por meio de aquisições, em especial no segmento de carnes.

O objetivo aqui é analisar as maiores fusões e aquisições da cadeia agroindustrial de carnes no período 2008 a 2010 e as estratégias adotadas em cada uma das empresas que efetivaram as F&A. Em particular a as empresas do Grupo Marfrig, Grupo JBS, BR Foods - Sadia e Perdigão.

Em 2009 os três maiores negócios de fusões e aquisições ocorreram no agronegócio. A JBS e Bertim (27 bilhões de reais), da Perdigão e Sadia - BRfoods (21 bilhões), da VCP e Aracruz - Fibria (5,1 bilhões de reais) (LEITE, 2009). Se em anos anteriores a 2009 as aquisições no Brasil eram predominantemente realizadas por empresas estrangeiras nesse ano, como reflexo da crise mundial, os negócios passaram a ser predominantemente de empresas brasileiras adquirindo empresas brasileiras. Essa situação que se inverte em 2010, com estrangeiros dominando novamente segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

³ Professor do Departamento de Ciências Econômicas - UFSC; E-mail: fgelneto@cse.ufsc.br

⁴ Estudante de Economia – UFSC e de Administração- UDESC. E-mail: ricardo.gonzaga@hotmail.com

CASOS DE SELECIONADOS FUSÕES & AQUISIÇÕES

A Marfrig Alimentos S.A.⁵.

A Marfrig é uma Companhia de alimentos com atividades de processamento e distribuição de produtos de carne bovina, suína, ovina e avícola *in natura*, a clientes no Brasil e no exterior. O Grupo conta com aproximadamente 90 mil funcionários.

Em junho de 2010, a Marfrig adquiriu por US\$ 1,26 bilhão a empresa Keystone Foods, uma das maiores fornecedoras do mundo de processados de carnes a Keystone possui 54 unidades, distribuídas nos EUA, Nova Zelândia, Austrália Europa, Ásia e Oriente Médio; e obteve uma receita líquida de US\$ 6,4 bilhões em 2009. A Keystone é fornecedora de grandes redes: McDonald's, Campbell's, Subway, ConAgra. Esta aquisição é estratégica, pois permitiu à Marfrig penetrar nos mercados asiáticos via as unidades de processamento da Keystone na China, Tailândia, Malásia e Coréia. Nos últimos quatro anos, fez 40 aquisições, no Brasil e no exterior investindo mais de sete bilhões de dólares (BITTENCOURT & LAMUCCI, 2010).

A estratégia da Marfrig, explicitada após a aquisição da Seara (uma unidade de carnes da Cargill no Brasil) em 2009 foi a de transformá-la na principal marca do grupo e isso será perseguido por meio do marketing esportivo via patrocínio da Seleção Brasileira de Futebol tanto masculina quanto feminina e outras categorias ligadas à CBF (INÁCIO, 2010).

Outra ação estratégica da Marfrig foi a aquisição da Quickfood (Argentina) permitindo utilizar-se da cota Hilton⁶ daquele país (eles teriam direito de exportar até 3.122 toneladas). Com essa jogada superou a JBS e as outras concorrentes como AB&P, Best Beef e Estancias del Sur da Argentina (BLOOMBERG, 2010).

JBS

A JBS está presente nos segmentos de carne bovina, suína, ovina e de aves, lácteos e derivados, produção e comercialização de couros, produtos para animais domésticos, higiene e limpeza, colágeno, biodiesel, transportes e vegetais. Após a aquisição, em setembro de 2009, da Bertin (rival brasileira) e da americana Pilgrim's Pride (grande produtora de carne de aves) a empresa que já era a maior produtora de carne bovina no mundo tornou-se a maior também na produção de proteínas

⁵ Informações e dados utilizados nesta e nas demais empresas foram obtidas nos respectivos endereços eletrônicos.

⁶ É um volume estabelecido pelos europeus para compras de cortes especiais de carne bovina com impostos e taxas reduzidos. Acima deste volume os exportadores devem pagar taxas bem mais elevadas. O Brasil também tem sua cota.

animais. A companhia está presente em todos os continentes, JBS possui 140 unidades de produção no mundo e mais de 120 mil colaboradores, iniciou sua internacionalização a partir de 2005, com a aquisição da Swift Argentina, seguida em 2007 com aquisição da Swift & Company nos Estados Unidos e na Austrália.

A JBS, em 2008, comprou, nos EUA, a companhia Smithfield Beef Group, que atua no setor de carne bovina, subsidiária do grupo Smithfield Foods. Em 2010 o grupo JBS adquiriu o Grupo Toledo da Bélgica, importante grupo processador e distribuidor de carne bovina com boa carteira de clientes na Europa. A tentativa, em 2010, de comprar a Smithfield Foods (produção de carne suína) como uma reação à aquisição da Keystone pela Marfrig não se concretizou.

Atualmente a JBS está preocupada em reestruturar seu endividamento após um crescimento vertiginoso por meio das aquisições dos últimos anos e seu presidente declara que estão focados em colher os frutos que fizeram e não pensam em fazer novas aquisições.

Após as diversas aquisições e fusões da JBS e da Marfrig⁷, estas empresas passaram a fornecer 30% de carne bovina, do total nacional e 70% das exportações brasileiras de carne bovina in natura (LOPES, ROCHA, 2009).

BRF – Brasil foods (Sadia & Perdigão)

A BRF teve sua fusão aprovada pelos acionistas em agosto de 2009. Já é a quarta maior exportadora brasileira, maior exportadora mundial de aves e, também uma das principais companhias brasileiras na captação de leite. A fusão foi uma saída para driblar os problemas enfrentados pela Sadia devido a elevadas perdas com derivativos em 2008. Outra ação estratégica foi a aquisição, em 2007, da unidade de Mirassol D'Oeste, no Mato Grosso, ampliando sua atuação na atividade de bovinos visando exportações. A BRF está focada na África, Oriente Médio, Rússia e América Latina onde o mercado apresenta-se em crescimento. Estariam no radar da empresa aquisições nesses mercados.

Pelo lado da produção, o grupo BRF anunciou a estratégia de fidelização no segmento lácteo, por meio da extensão do programa Clube o Produtor visando a ampliação da captação de leite em 12% (ROCHA, 2010 a).

A empresa recebeu do CADE a liberação para gerir de forma conjunta a área financeira e recebeu autorização para coordenar as atividades das duas empresas (Sadia e Perdigão) no Mercado Externo, dentro dos parâmetros estabelecidos no Apro (Acordo de Preservação de Reversabilidade da Operação). Nesse acordo as

⁷ A Marfrig arrendou 12 plantas do Margen e do Mercosul na Argentina.

empresas se comprometem a se desfazer de parte de seus negócios. Em 2010 a Secretaria Especial de Acompanhamento Econômico recomendou o licenciamento das marcas Sadia e Perdigão por cinco anos, a alienação de alguns ativos, entre eles as marcas Batavo e Doriana, para que a criação da Brasil Foods seja aprovada. Note-se que, por ocasião desta análise, a BRF ainda está (junho 2011) em tratativas com o CADE e aguarda o desfecho final quanto à sua fusão dadas maiores exigências do CADE.

Tyson Foods

Tyson Foods, grande processadora mundial de carne de frango, bovina e suína. Iniciou as atividades no Brasil em 2007. A companhia conta com aproximadamente 107 mil colaboradores atuando em mais de 300 unidades norte-americanas e escritórios ao redor do mundo. O grupo Tyson para se inserir no mercado nacional comprou as fábricas de Macedo (SC), Avita (SC) e Frangobrás (PR). O grupo assumiu o financiamento de R\$ 19 milhões no BNDES e de R\$ 7 milhões no BRDE para efetuar a aquisição da Avita e da Frangobrás. No entanto, o maior aporte para entrada no mercado nacional foi oriundo da matriz, e as estratégias para os próximos anos permeiam a ampliação do crédito com o BNDES e outras instituições financeiras (ZANATTA, 2010).

Após investimento de R\$ 250 milhões no mercado nacional o grupo Tayson tem por estratégia expandir a produção entre as suas principais concorrente nacionais, ampliando a participação no mercado interno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de consolidação em marcha ganhou força com a maior estabilidade econômica do Plano Real. Antes disso havia mais de três mil frigoríficos no Brasil que caiu para aproximadamente 700 atualmente. Além disto, a velocidade na realização de negócios e tamanho das transações anunciadas seriam reações às recentes crises⁸ estruturais e conjunturais que afetaram o segmento (LOPES, ROCHA, 2009).

Outro elemento que tem contribuído ao processo de internacionalização dos grupos e ampliação de sua capacidade competitiva é a participação do BNDES. Portanto, embora as consolidações analisadas neste artigo tenham iniciativas empresariais privadas, elas contaram com apoio via aportes do BNDES por meio de crédito e/ou por participação acionário do seu braço BANDESPar. As empresas JBS,

⁸ As crises estruturais seriam escassez de bois no país, travas às exportações para a União Européia e as conjunturais a débâcle financeira internacional.

Marfrig e BR Foods receberam 35%, 13,8% e 2,5% respectivamente de participação do Banco. (ZANATTA, 2011). Na defesa dessa atuação do BNDES estariam os dois papéis do banco: o de agente de desenvolvimento e o de instituição financeira de mercado. Assim, os grandes empréstimos a empresas como JBS Friboi e Marfrig, estariam na carteira de aplicação financeira tanto em financiamentos quanto na participação acionária.

Uma vantagem da maior concentração entre essas empresas foi o maior preço pago ao produtor de bois que passou de um patamar histórico de US\$ 20 por arroba para mais de US\$ 50 atualmente. Além disso, a maior musculatura das empresas permitiu maior poder de barganha junto aos grandes varejistas estrangeiros melhorando as negociações e obtenção de preços do produto brasileiro. A concentração entre os varejistas é uma realidade em diversos países e isto coloca em cheque as negociações com as agroindústrias fornecedoras que perdem poder de negociação. Um exemplo prático desta tendência é o anúncio da fusão Pão de açúcar e Carrefour.

Neste caso específico de F&A, recente, a participação do Banco está gerando controvérsias e debates. Trata-se da fusão entre o grupo Pão de açúcar (Abílio Diniz + grupo Cassino) e Carrefour Francês anunciada no final de junho de 2011 na qual o BNDES participaria com 21,6% do negócio por meio do BNDESPar & BTG Pactual. É um negócio que afetaria diretamente o interesse de um dos sócios do Pão de açúcar, ou seja, o grupo Cassino que teria frustrada sua tentativa em controlar definitivamente a rede brasileira do Pão de açúcar.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Angela. LAMUCCI, Sergio. BNDES reduz desembolso para grandes grupos em 2010. *Valor Econômico*, 08 set. 2010. Internet.
- INÁCIO, Alexandre. Briga de JBS e Cremonini na INALCA tem novo capítulo. São Paulo. *Valor Econômico*, caderno D, p.9. 28 set. 2010.
- LEITE, Paula. *Relembre os grandes negócios entre empresas brasileiras em 2009*. Internet.
- LOPES, Fernando; ROCHA, Alda do Amaral. Concentração: Oferta curta 'protege' pecuaristas. São Paulo. *Valor Econômico*. Caderno B, p.13. 24 set. 2009.
- ROCHA, Alda do Amaral. Para crescer no leite, BRF faz parceria e investe em fidelização. *Valor Econômico*, 20 abr. 2010 a. Internet.
- ROCHA, Alda do Amaral. Com a Keystone, Marfrig estará em 22 países e terá receita de R\$ 28 bi. *Valor Econômico*, 16 jun. 2010 b. Internet.
- ZANATTA, Mauro. Tyson Foods prepara plano para avançar no Brasil. *Valor Econômico*, 30 jun. 2010. Internet.

A NOVA LEI DA REVOLUÇÃO PRODUTIVA, COMUNITÁRIA E AGROPECUÁRIA NA BOLÍVIA: TECNOLOGIA OU OBSCURANTISMO?

Francisco Gelinski Neto⁹
Carmen Rosario Ortiz G. Gelinski¹

INTRODUÇÃO

No dia 26 de junho deste ano o presidente da Bolívia, Evo Morales, promulgou a Lei de Revolução Produtiva, Comunitária e Agropecuária durante aniversário da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses (CSUTCB). Manifestou na ocasião que a intenção é controlar os preços dos alimentos, acabar com a dependência externa e proteger a biodiversidade. Em outras palavras, a preocupação é garantir a segurança alimentar com soberania.

A lei pode ser resumida em três tópicos: (i) estabelece o estímulo à produção de milho, arroz e batata, considerados produtos estratégicos; (ii) proíbe a importação de pacotes tecnológicos baseados em recursos geneticamente modificados e prevê rotulagem para a comercialização desse tipo de produtos e (iii) apoia a produção originária (indígena) e comunitária.

De imediato a promulgação da mesma suscitou um amplo debate nesse país, que pode ser resumido em duas frentes. De um lado, setores ligados às comunidades indígenas rejeitaram energicamente a lei por considerar que ela não é enfática o suficiente para proibir o uso de pacotes tecnológicos, que incluam organismos geneticamente modificados e adubos não orgânicos, o que, no entender deles, sentenciaria a morte a *Pachamama* (Mãe Terra). De outro lado, organizações ligadas aos produtores agropecuários reclamam que a lei prevê apoio apenas aos produtores originários e não à pequena produção (das 600 mil unidades produtivas 400 mil são pequenas). Questionam, também, o fato do apoio ser dirigido a um conjunto de produtos estratégicos sem considerar que para os pequenos agricultores outros produtos poderiam propiciar maiores ganhos econômicos.

Tendo como pano de fundo esse debate (que apenas se iniciou) este artigo pretende tecer algumas considerações sobre os ganhos que a agricultura melhorada pode trazer a países que se vêm envoltos com a preocupação da garantir a sua segurança alimentar e sobre a importância das tecnologias desenvolvidas nos últimos 100 anos na agricultura.

⁹ Professores do Departamento de Ciências Econômicas – UFSC.

As citadas tecnologias envolvem desde sementes e animais melhorados até esquemas de irrigação, fertilização, máquinas, microorganismos na produção de vinhos e pães, na fixação de nitrogênio, no controle de pragas, entre outros, enxertia, máquinas para diversas aplicações, beneficiamento de semente e produtos animais, esquemas de comercialização, redes de empresas (de fomento, pesquisa, laboratórios, etc), redes de consumidores, gestão de negócios nos vários segmentos das cadeias produtivas.

AGRICULTURA E TECNOLOGIA- BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Normalmente as ênfases sobre tecnologia, relações de trabalho, produção e mercado na agricultura estão atreladas às interpretações clássicas sobre agricultura e desenvolvimento econômico. São elas as visões feudalista, capitalista, estruturalista, dualista e modernizante. No entanto, muitas vezes são esquecidas as interpretações recentes sobre agricultura e desenvolvimento econômico.¹⁰

Na evolução histórica da tecnologia na agricultura verifica-se que a tecnologia mecânica ocorreu nos Estados Unidos entre 1920 e 1950 e no Brasil a partir de 1950. A tecnologia química entre 1950 a 1990 e mais recentemente a biotecnologia anos 80. Diversos autores, dentre eles pesquisadores da EMBRAPA, consideram que avanços da biotecnologia transformarão mercados e ampliarão o leque de oportunidades na agricultura e na bioindústria. Agora é considerada ultrapassada a visão ou organização tradicional da Inovação segmentada no antes (tecnologias mecânicas, químicas, biológicas) dentro (tecnologias agrônômicas) e pós-porteira (tecnologias agroindustriais e organizacionais). Os novos conceitos e valores colocam em relevo a qualidade, a inclusão, a rastreabilidade, a biossegurança, a segurança, a sustentabilidade, a certificação e a conveniência dos produtos agrícolas (PORTUGAL, 2003).

À medida que o consumo cresce e se sofisticava, a oferta deverá responder com produtos com selos de qualidade e rastreabilidade. De forma que a utilização ou não de produtos convencionais e biotecnológicos, aí incluídos os de origem transgênica passarão por crivo do mercado e não deveria estar sujeita a restrições de produção na visão reativa dos talibãs da agricultura. Além disso, se os produtos transgênicos puderem resolver o problema da escassez (que se aproxima a passos largos) e se está em questão a estagnação da produtividade e a relativa falta de área para novos cultivos, por que não utilizá-los na medida da necessidade?

¹⁰ Ver por exemplo as análises de Graziano da Silva sobre a dinâmica da agricultura e progresso técnico, de Abramovay sobre agricultura familiar e sustentabilidade, ou de Kageyama e Delgado sobre os complexos agroindustriais, entre outros. É importante mencionar também as contribuições de IPEA de Claudio Roberto Contador ou de pesquisadores da EMBRAPA como Portugal e Contini.

SOBRE A NOVA LEI

A exemplo do Brasil - que na década dos 90 passou a valorizar mais a agricultura familiar com política creditícia, pesquisa e assistência técnica voltadas para esse segmento da agricultura brasileira - agora a Bolívia aparentemente seguiria caminho parecido, não fosse o insuficiente apoio para os segmentos não originários, cujas necessidades deverão ser supridas pelos departamentos (estados) sem os devidos repasses orçamentários. Um apoio massivo seria adequado uma vez que poderia atingir 400 mil agricultores familiares, pois os demais 200 mil produtores já teriam certa suficiência produzindo frutas, carnes e grãos destinados à comercialização interna ou externa.

Conforme foi destacado anteriormente, a Lei aprovada estabelece apoio somente às populações comunitárias e indígenas com alto viés contra outros grupos de produtores, tais como, os pequenos, médios e grandes produtores. O mais grave da lei é que ela está restrita a um pseudo grupo de alimentos denominados estratégicos que seriam o milho, a batata e o arroz. Esta escolha é incompleta deixando larga margem de produtores e produtos também essenciais, como a soja (produto protéico) diferente dos outros que são apenas energéticos. Outro aspecto claramente viesado é a resistência às tecnologias modernas tais como adubos químicos, defensivos agrícolas e transgênicos. Ou seja, se deseja que os grupos eleitos somente possam cultivar alimentos orgânicos, negando-lhes possibilidade de cultivar em outro sistema que poderia ser mais produtivo. A questão da baixa produtividade da batata, que é um alimento bastante popular na Bolívia é crítica comparativamente aos demais países do continente, e isso em função de práticas arcaicas de cultivo que não consideram melhoramento genético, adubos químicos e tratamentos fitossanitários, largamente utilizados nos demais países da região. A julgar pela nova lei, a agricultura da Bolívia permanecerá na era da pré-industrialização da agricultura, ou seja, semelhante à situação em que o Brasil se encontrava 70 anos atrás. Querer justificar uma lei pela proibição a outros cultivos que não os tradicionais alegando que se alcançaria a soberania alimentar por meio da recuperação e revalorização de saberes (práticas) ancestrais é negar fato já comprovado que os nichos de mercado da agricultura que existem são bastante limitados e em absoluto não garantem a produção massiva, a ponto de garantir abastecimento para todos. Objetivamente aqueles que conseguem se inserir em alguma e esparsa rede de abastecimento de produtos de nicho poderão ter mais renda. Mas devemos lembrar que são mercados restritos, não para todos os produtos familiares. Se assim fosse a produção orgânica no Brasil estaria largamente disseminada.

Obviamente na Bolívia existem grupos esparsos e microregionais que praticam a agricultura dos antepassados e, que poderiam ser ajudados por meio de

políticas específicas. No caso brasileiro não se fez o nivelamento por baixo, conforme a política proposta por Morales na Bolívia. No Brasil as políticas de apoio à agricultura familiar visam sustentar renda e inserir os produtores em esquemas de comercialização e cadeias agroindustriais. Aqui não existe a preocupação do retorno à época pré-industrialização da agricultura. Acredita-se termos espaço para agricultores do agronegócio, agricultores de produtos orgânicos, agricultores de produtos convencionais, agricultores de produtos transgênicos, agricultores assentados de reforma agrária, independentemente de seus portes e especializações, ou seja, também na agricultura existe liberdade de escolha e não dirigismo exacerbado. Por outro lado, se a preocupação é preservar o patrimônio genético do país podem ser criados bancos de germoplasma, semelhantes aos que possui a Embrapa.

A agricultura requer certa dose de sacrifício do produtor e grande esperança de que a produção irá remunerar o esforço despendido, caso contrário o produtor passa a ser conservador e temeroso reduzindo a intensidade de seu esforço e a utilização de fatores mais produtivos redundando dessa forma em produção apenas de subsistência. Além disso, famílias sem renda na agricultura significam abandono da atividade por parte dos filhos dos agricultores, determinando entre outros o envelhecimento da população camponesa e mesmo a chamada masculinização do campo deixando, assim, de renovar a força empreendedora, fato que em Portugal recebe o nome de desertificação humana.

REFERÊNCIAS

- LOPES, Ignez Vidigal; LOPES, Mauro de Rezende e BARCELOS Fábio Campos. Das políticas de substituição das importações à agricultura moderna do Brasil. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, p.53 a 84, out./nov./dez. 2007.
- PORTUGAL, Alberto Duque. *CT&I para o agronegócio: perspectivas da pesquisa agropecuária nos próximos 10 anos*. UNICAMP. Agência de Inovação da Unicamp. Campinas. 28 ago. 2003.

Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail depnm@cse.ufsc.br. Disponível também na homepage www.cnm.ufsc.br

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Francisco Gelisnki Neto (coord.editorial), Hoyêdo Nunes Lins João R. Sanson e Roberto Meurer,*

Secretária: *Flori Vieira dos Santos*

Apoio: *Departamento de Ciências Econômicas*